



**Tribunal de Contas**  
**Mato Grosso**  
**TRIBUNAL DO CIDADÃO**

**GABINETE DO CONSELHEIRO INTERINO**

Luiz Henrique Lima

Telefones: (65) 3613-7188 / 2955

e-mail: gab.luizhenrique@tce.mt.gov.br

<b>PROCESSO Nº</b>	<b>21.973-8/2018</b>
<b>PRINCIPAL</b>	<b>PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO</b>
<b>ASSUNTO</b>	<b>TOMADA DE CONTAS ESPECIAL</b>
<b>RESPONSÁVEIS</b>	<b>MARLISE MARQUES MORAES – Prefeita Municipal no período de 01/01/2013 a 31/12/2016</b> <b>MÁRCIO ROSA LISBOA – Secretário Municipal de Finanças no período de 01/01/2013 a 31/12/2016</b>
<b>RELATOR</b>	<b>CONSELHEIRO INTERINO LUIZ HENRIQUE LIMA</b>

**Sumário**

I. RELATÓRIO.....	2
1. DAS IRREGULARIDADES CARACTERIZADAS PELA UNIDADE INSTRUTÓRIA:.....	4
1.1. Manifestação da Defesa: .....	4
1.1.1. Marlise Marques Moraes, Prefeita Municipal no período de 01/01/2013 a 31/12/2016: .....	5
1.1.2. Márcio Rosa Lisboa, Secretário Municipal de Finanças no período de 01/01/2013 a 31/12/2016: .....	5
1.2. Análise da unidade instrutória:.....	6
1.3. Posicionamento do Ministério Público de Contas:.....	6





**Tribunal de Contas**  
**Mato Grosso**  
**TRIBUNAL DO CIDADÃO**

**GABINETE DO CONSELHEIRO INTERINO**

Luiz Henrique Lima

Telefones: (65) 3613-7188 / 2955

e-mail: gab.luizhenrique@tce.mt.gov.br

<b>PROCESSO Nº</b>	<b>21.973-8/2018</b>
<b>PRINCIPAL</b>	<b>PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO</b>
<b>ASSUNTO</b>	<b>TOMADA DE CONTAS ESPECIAL</b>
<b>RESPONSÁVEIS</b>	<b>MARLISE MARQUES MORAES – Prefeita Municipal no período de 01/01/2013 a 31/12/2016</b> <b>MÁRCIO ROSA LISBOA – Secretário Municipal de Finanças no período de 01/01/2013 a 31/12/2016</b>
<b>RELATOR</b>	<b>CONSELHEIRO INTERINO LUIZ HENRIQUE LIMA</b>

## **I. RELATÓRIO**

1. Trata-se de Tomada de Contas Especial, instaurada pela Prefeitura Municipal de Comodoro, a fim de apurar o pagamento de correção monetária, juros e multa, decorrentes dos atrasos de quitação de faturas de energia elétrica, água, telefone, Contribuições Previdenciárias ao Regime Próprio e ao Regime Geral de Previdência Social e ao PASEP nos exercícios de 2014 e 2017, constatados no Relatório de Verificação de Controle Interno n.º 02/2017<sup>1</sup>, no valor de R\$ 38.794,06 (trinta e oito mil, setecentos e noventa e quatro Reais e seis centavos).

2. Os autos foram encaminhados para análise da Secretaria de Controle Externo de Administração Municipal que sugeriu a notificação do Sr. Jeferson Ferreira Gomes, então Prefeito do Município, para que providenciasse junto à Comissão da Tomada de Contas Especial um demonstrativo detalhado do dano, contendo os dados dos empenhos relativos aos pagamentos das faturas em atraso (número, data, Secretaria Municipal, credor, valor, data de vencimento, valor da correção monetária, valor da multa, valor dos juros e data do pagamento)<sup>2</sup>. O Prefeito foi notificado<sup>3</sup> e apresentou a documentação requerida<sup>4</sup>.

<sup>1</sup> Documento Digital n.º 107889/2018

<sup>2</sup> Documento Digital n.º 212202/2018

<sup>3</sup> Documento Digital n.º 221110/2018

<sup>4</sup> Documento Digital n.º 240908/2018





3. Com base nas informações disponibilizadas, a SECEX de Administração Municipal sugeriu nova notificação do gestor, para que encaminhasse a esta Corte de Contas, cópia digitalizada dos processos de pagamentos das despesas apontadas como irregulares, acompanhadas das correspondentes notas de empenho, liquidação e pagamento, além das faturas pagas com data visível de autenticação da quitação, e os valores das multas e juros cobrados nas faturas apresentadas<sup>5</sup>.
4. Os documentos solicitados<sup>6</sup> foram apresentados e a unidade instrutória, após analisar a documentação disponibilizada, emitiu novo Relatório Técnico<sup>7</sup> concluindo pela caracterização de **01** (uma) irregularidade de natureza **grave**, sob a responsabilidade dos Srs. Marlise Marques Moraes, Prefeita Municipal no período de 01/01/2013 a 31/12/2016; e Márcio Rosa Lisboa, Secretário Municipal de Finanças no período de 01/01/2013 a 31/12/2016.
5. Os interessados foram citados para apresentar defesa<sup>8</sup> e manifestaram-se sobre as inconformidades apontadas<sup>9</sup>.
6. Ato contínuo, os autos foram à unidade instrutiva que emitiu Relatório Técnico Conclusivo<sup>10</sup>, opinando pela configuração da impropriedade verificada.
7. As partes foram notificadas para apresentar alegações finais<sup>11</sup>, deixando transcorrer *in albis* o prazo concedido.
8. Na sequência, os autos foram enviados ao Ministério Público de Contas que exarou o Parecer n.º 5.253/2020<sup>12</sup>, da lavra do Procurador de Contas Getúlio Velasco Moreira Filho, opinando pela caracterização da irregularidade classificada e consequente irregularidade das contas, com determinações legais.

<sup>5</sup> Documento Digital n.º 236382/2019

<sup>6</sup> Documento Digital n.º 88365/2019

<sup>7</sup> Documento Digital n.º 196209/2019

<sup>8</sup> Documentos Digitais n.ºs 199172/2019 e 199173/2019

<sup>9</sup> Documentos Digitais n.ºs 220275/2019 e 11521/2020

<sup>10</sup> Documento Digital n.º 60567/2019

<sup>11</sup> Documentos Digitais n.ºs 63235/2019 e 63236/2020

<sup>12</sup> Documento Digital n.º 227288/2020





9. Por fim, o processo foi redistribuído a competência desta Relatoria<sup>13</sup> para análise das irregularidades apontadas.

## 1. DAS IRREGULARIDADES CARACTERIZADAS PELA UNIDADE INSTRUTÓRIA:

<b>Responsável:</b> Marlise Marques Moraes, Prefeita Municipal no período de 01/01/2013 a 31/12/2016; e Márcio Rosa Lisboa, Secretário Municipal de Finanças no período de 01/01/2013 a 31/12/2016
<b>JB01. Despesa_Grave_01.</b> Realização de despesas consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público, ilegais e/ou ilegítimas (art. 15 da Lei Complementar n.º 101/2000; art. 4º da Lei n.º 4.320/1964).
<b>Conduta:</b> Pagamento em atraso de faturas de energia elétrica, ocasionando o pagamento de juros, multa e correção no valor total de R\$ 13.478,25.
<b>Conduta:</b> Pagamento em atraso de faturas de consumo de água, ocasionando o pagamento de juros, multa e correção no valor total de R\$ 8.172,21.
<b>Conduta:</b> Pagamento em atraso de faturas de telefone, ocasionando o pagamento de juros, multa e correção no valor total de R\$ 4.508,27.
<b>Conduta:</b> Pagamento em atraso da contribuição previdenciária ao RPPS, ocasionando o pagamento de juros, multa e correção no valor total de R\$ 2.862,92.
<b>Conduta:</b> Pagamento em atraso de contribuição ao PASEP, ocasionando o pagamento de juros, multa e correção no valor total de R\$ 4.332,29.
<b>Conduta:</b> Pagamento em atraso de contribuição previdenciária ao INSS, ocasionando o pagamento de juros, multa e correção no valor total de R\$ 5.440,12.

### 1.1. Manifestação da Defesa:

10. A SECEX de Administração Municipal apurou que a Prefeitura Municipal de Comodoro efetuou com atraso a quitação de faturas de consumo, contribuições previdenciárias ao RPPS, INSS e PASEP, dando causa ao pagamento de juros, multa e correção monetária, no valor total de R\$ 38.794,06 (trinta e dois mil, setecentos e noventa e quatro Reais e seis centavos).

11. Considerou tais despesas como ilegítimas e atribuiu a conduta irregular à

<sup>13</sup> Documento Digital n.º 14873/2021





responsabilidade dos Srs. Marlise Marques Moraes, Prefeita Municipal no período de 01/01/2013 a 31/12/2016; e Márcio Rosa Lisboa, Secretário Municipal de Finanças no período de 01/01/2013 a 31/12/2016.

**1.1.1. Marlise Marques Moraes, Prefeita Municipal no período de 01/01/2013 a 31/12/2016:**

12. A defesa da ex-Prefeita alegou que, à época, ocorreram atrasos nos repasses financeiros de responsabilidade dos Governos Federal e Estadual e que, por esse motivo, optou por priorizar a quitação da folha de pagamento dos servidores municipais e as despesas com saúde, educação, merenda escolar e outras despesas essenciais, em detrimento das demais.

13. Nesse raciocínio, optou por parcelar o recolhimento das contribuições previdenciárias e do PASEP, conforme Portaria n.º 402/2008, parecer jurídico da Associação Matogrossense dos Municípios – AMM e Lei n.º 1.636/2016, anexada aos autos.

14. Destarte, requereu a descaracterização da irregularidade em comento, e informou que foram descontados do seu salário valores relativos ao pagamento de juros e multa, conforme holerites juntados no processo.

**1.1.2. Márcio Rosa Lisboa, Secretário Municipal de Finanças no período de 01/01/2013 a 31/12/2016:**

15. O defendente alegou que os atrasos nos pagamentos, os quais geraram as despesas ilegais, não ocorreram por dolo ou má-fé da gestão municipal.

16. Esclareceu que ao assumir a Secretaria de Finanças de Comodoro deparou-se com vários parcelamentos cancelados por falta de pagamento, além de muitos outros compromissos que precisavam ser cumpridos pelo Município.

17. Desse modo, com base no princípio da boa-fé, arguiu a desconfiguração da impropriedade apontada e ressaltou que se o Município, à época, possuísse capacidade financeira para honrar essas obrigações, a gestão não teria atrasado os pagamentos





apontados na inspeção.

### 1.2. Análise da unidade instrutória:

18. A unidade instrutiva não acolheu os argumentos da defesa, de que os gestores agiram de boa-fé diante do cenário de dificuldades financeiras enfrentadas pelo Município naquela oportunidade.

19. Pontuou que os atrasos de pagamentos de faturas e contribuições se deram no decorrer de toda a gestão. Portanto, teriam sido sistemáticos e não situações pontuais.

20. Informou que a Prefeita Municipal foi responsabilizada por danos ao erário em outros processos iniciados pelo seu Controle Interno, os quais totalizaram um provável dano no montante de R\$ 374.813,40 (trezentos e setenta e quatro mil, oitocentos e treze Reais e quarenta centavos), de acordo com a informação constante do documento digital n.º 107889/2018, fls. 93 a 94.

### 1.3. Posicionamento do Ministério Público de Contas:

21. O *Parquet* de Contas, por meio do Parecer n.º 5.253/2020, da lavra do Procurador de Contas Getúlio Velasco Moreira Filho, opinou pela caracterização da irregularidade classificada como grave e consequentemente pela irregularidade das contas, ante a constatação da ocorrência de despesas ilegítimas decorrentes dos atrasos de pagamentos.

22. Sugeriu a condenação da Sra. Marlise Marques Moraes, Prefeita Municipal no período de 01/01/2013 a 31/12/2016; e do Sr. Márcio Rosa Lisboa, Secretário Municipal de Finanças no período de 01/01/2013 a 31/12/2016, ao ressarcimento solidário dos valores pagos indevidamente, no total de R\$ 38.794,06 (trinta e dois mil, setecentos e noventa e quatro Reais e seis centavos), sendo: R\$ 13.478,25 (treze mil, quatrocentos e setenta e oito Reais e vinte e cinco centavos) correspondentes a energia elétrica, R\$ 8.172,21 (oito mil, cento e setenta e dois Reais e vinte e um centavos) referentes a água, R\$ 4.508,27 (quatro mil, quinhentos e oito Reais e vinte e sete centavos) relativos a





Tribunal de Contas  
Mato Grosso  
TRIBUNAL DO CIDADÃO

**GABINETE DO CONSELHEIRO INTERINO**

Luiz Henrique Lima

Telefones: (65) 3613-7188 / 2955

e-mail: gab.luizhenrique@tce.mt.gov.br

telefonia, R\$ 2.862,92 (dois mil, oitocentos e sessenta e dois Reais e noventa e dois centavos) decorrentes do RPPS, R\$ 4.332,29 (quatro mil, trezentos e trinta e dois Reais e vinte e nove centavos) correspondentes ao PASEP e R\$ 5.440,12 (cinco mil, quatrocentos e quarenta Reais e doze centavos) relativos ao INSS.

23. Inobstante, sugeriu também a aplicação de multa individual às partes responsabilizadas, em razão da presença de erro grosseiro, o qual caracterizou a irregularidade em comento, de acordo com o disposto no art. 286, I, da Resolução n.º 014/2007 e art. 28 da Lei de Introdução ao Direito Brasileiro.

24. É o relatório.

Cuiabá, 02 de junho de 2020.

(assinado digitalmente)<sup>14</sup>

**LUIZ HENRIQUE LIMA**

Conselheiro Interino conforme Portaria n.º 011/2021

<sup>14</sup> Documento firmado por assinatura digital, baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, nos termos da Lei Federal n.º 11.419/2006 e Resolução Normativa N.º 9/2012 do TCE/MT.

